

2.

A Teologia Política em Johann Baptist Metz

2.1.

Breve biografia de Johann Baptist Metz e suas influências

Johann Baptist Metz é um teólogo contemporâneo que busca unir sensibilidade religiosa, discurso filosófico, memória e consciência histórica. Nasceu em *Welluck*, na Baviera setentrional, Alemanha, no dia 28 de julho de 1928. Cresceu em um país que se reconstruía com dificuldade após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) passando por profundas transformações políticas, como o voto direto da população, conforme determinava a Constituição da República de Weimar (1919-1933). Aos 16 anos de idade, já no período final da Segunda Guerra Mundial, foi obrigado a prestar serviço militar e, infelizmente, pode testemunhar de perto os horrores da batalha. Enquanto Metz estava em uma missão externa, a companhia militar da qual fazia parte foi bombardeada e todos os seus companheiros morreram. Estas e outras memórias de guerra marcariam para sempre o pano de fundo de suas reflexões.²

Fez seus estudos secundários em *Bamberg*, seguindo depois para a Universidade de *Innsbruck*, na qual se graduou em filosofia em 1952. Foi neste momento de sua formação que tomou contato com estudiosos que comparavam a escolástica tradicional com uma filosofia transcendental-existencial. Sob a orientação de Emerich Coreth escreveu sua tese de doutorado em filosofia intitulada “Heidegger e o problema da metafísica”.

Ordenou-se sacerdote em 1954, recebendo seu doutorado em teologia em Munique, em 1961, sob a orientação de Karl Rahner, com a tese “Antropocentrismo cristão”. Pode-se dizer que Metz é, ao mesmo tempo, dependente e livre da tradição e das ideias filosóficas em sua formação. Bebeu das fontes neotomistas, mas suas reflexões surgiram claramente como questões de um filósofo transcendental. Ele se diz politizado por Ernst Bloch e pela Escola de *Frankfurt*, bem como considera importante o diálogo na Sociedade de São Paulo,

² Cf. METZ, J.B., **Mística de olhos abertos**, São Paulo: Paulus, 2013, p. 99-100.

entre cristãos e marxistas, nos anos 60, para a crítica do tema da teodiceia.³ Por influência de Karl Rahner, descobriu um sistema teológico aberto ao sujeito, o ser humano em sua história, que não pode ser identificado ou compreendido sem os elementos narrativos adequados.⁴ O debate ecumênico sobre Deus e o mundo encontra correspondência teológica no amigo Jürgen Moltmann, com o qual editou obras em conjunto e diversos artigos na Revista *Concilium*.

Recebeu a qualificação acadêmica para lecionar teologia em 1962 e, um ano mais tarde, assumiu a cátedra de Teologia Fundamental em *Münster*, na Universidade de *Nordrhein-Westfalen*, onde permaneceu professor titular até 1993.

Metz foi membro do comitê promotor da Universidade de *Bielefeld* desde 1966 e membro do Comitê Científico do Instituto de Pesquisa Interdisciplinar. Foi também membro fundador e diretor da seção de Teologia Fundamental da Revista *Concilium*. Foi consultor da Secretaria para o diálogo com os não-cristãos até 1973; entre 1971 e 1975 foi consultor do Sínodo dos Bispos Alemães. Em 1975 fez uma preleção para o mesmo Sínodo, reunido em *Würzburg*, denominada “*Unsere Hoffnung*” (Nossa Esperança). Esta conferência foi publicada como um documento para a Igreja Alemã, em seu conteúdo Metz faz um alerta sobre os perigos do capitalismo ocidental.

O seu estilo teológico forte e a forma com que tratava a experiência de opressão da América Latina fez com que Metz fosse conhecido como um divulgador crítico de um novo paradigma eclesial. A Teologia da Libertação, nos seus primórdios, assim como a Teologia Feminista, mais tarde, foram muito influenciadas por sua Nova Teologia Política.

A sua posição teológica foi muitas vezes polêmica⁵, mas sempre a favor de uma Igreja como um lugar autêntico para experiências de liberdade. Em 1989, fundou, juntamente com outros, a revista católica *Kölner Erklärung*. Em 1994, recebeu o título de doutor *Honoris Causa* da Universidade de Viena. Nesta

³ Cf. METZ, J.B., **Memoria passionis**, Santander: Sal Terrae, 2007, p. 18.

⁴ Cf. METZ, J.B., “**Karl Rahner**”, in *Mysterium Salutis*, 12, Brescia: Queriniana, 1978, p. 530-537.

⁵ Em 1978, Metz entrou em controvérsia com o cardeal Höffner, presidente dos Bispos Alemães, e em 1979, reagiu fortemente contra o cardeal Ratzinger, por conta de uma possível nomeação de um teólogo para o escritório mais prestigiado de *München*. No ano 2000, juntamente com outros teólogos, se colocou publicamente contrário a uma importante escolha eclesial, julgada não coerente com a dinâmica fundamental da libertação.

instituição Metz trabalhou entre 1993 e 1998, como professor honorário, ensinando Filosofia da Religião. Desde 1999, Metz iniciou na Universidade de *Freibur* um projeto histórico-social e teológico chamado “Compaixão”. Atualmente, ele mora em Viena e continua sua atividade como professor e teólogo, com abundante produção de bibliográfica.

2.2.

A discussão do termo “teologia política” e a Nova Teologia Política

A Teologia Política de J.B. Metz enfrenta o desafio da crise da modernidade e a relação desta com o cristianismo. O termo “Teologia Política” foi primeiramente utilizado por Carl Schmitt⁶, mas o uso que Metz faz da expressão não guarda relação com o sentido traçado pelo jurista. A “Nova Teologia Política” é apresentada pelo autor tendo como base a ideia de práxis da Teologia Fundamental. Problematicando a chamada “morte de Deus”, apresentada por Nietzsche⁷ como transformação da política, afirma que na verdade este pensamento marcou teoricamente o desmoronamento do raciocínio ocidental. Nietzsche critica a teologia, e o cristianismo, pelo posicionamento diante desta nova configuração do mundo. E, conseqüentemente, como se “comporta” a Igreja diante desta realidade marcada pelos movimentos iluministas. Este desafiante panorama político é o interesse do pensamento teológico-político de Metz. A política está presente na sociedade e o cristianismo não está alienado, portanto não pode se eximir de apresentar sua posição e, principalmente, sua contribuição. Vale atentar para em qual “política” a teologia deve participar; por certo, não se trata do totalitarismo, que busca a conservação de domínio e riqueza, no qual o Estado mantém o poder de forma soberana, chegando ao ponto de aniquilar grupos étnicos, como se deu em *Auschwitz*. Este poder do estado de exceção faz parte da história da Alemanha. Neste ambiente encontra-se o pensamento de Carl Schmitt que denominava “Teologia Política” atrelando os conceitos de “teologia” e “política”,

⁶ Cf. SCHMITT, C., **Political Theology: four chapters on the concept of sovereignty**, Chicago: University of Chicago Press, 2005, p. 37.

⁷ Cf. NIETZSCHE, F., **Assim falou Zaratustra**, São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13.

correlacionando aos conceitos do direito e da teologia no contexto secularizado. Para Schmitt, o poder “absolutizado” tem sua base histórica na teologia.

A Nova Teologia Política de Metz não é uma tentativa de resposta a Carl Schmitt⁸ e, nem mesmo, a Nietzsche. Para o autor, a teologia necessita recuperar-se das formulações existencialistas e personalistas que isolam o indivíduo em uma religiosidade privatista. A privatização da religião traz consigo um vazio na política moderna. Certamente, o vazio preconizado por Nietzsche e a interpretação teológica de Carl Schmitt não se integram, pois o caráter messiânico da teologia de Metz não se baseia em um poder totalitário.⁹

A liberdade teológica não está sob o domínio do absolutismo. A sua garantia está na “reserva escatológica”, onde a última palavra é sempre de Deus, no anúncio do Reino na história do mundo.¹⁰ Deus garante que os clamores daqueles que sofrem inocentemente sejam respondidos. Mesmo a história sendo impotente diante do sofrimento passado, a teologia não pode permitir que o esquecimento apague a injustiça cometida. A “memória subversiva” de Jesus Cristo evidencia a esperança dos vencidos no âmbito público, inseparavelmente da política, pois a memória do sofrimento alheio estabelece uma nova ética política moralmente igualitária, alcançada pela compaixão que inclui todos: os mortos e as vítimas da história.¹¹ A “reserva escatológica” assegura a esperança das vítimas, impedindo, por esta “memória subversiva”, que o esquecimento deixe sem resposta as mazelas da história do homem.¹²

A Teologia Fundamental Prática tem na Teologia Política a possibilidade de apresentar a esperança escatológica da *memoria passionis*. Deste modo, o pensamento teológico-político de Metz é uma crítica à sociedade que se afastou do sofrimento alheio usando a estratégia do esquecimento, mas é, ao mesmo tempo, uma advertência para a Igreja e para a própria teologia. A Nova Teologia

⁸ Cf. SCHMITT, C., **Political Theology: four chapters on the concept of sovereignty**, Chicago: University of Chicago Press, 2005, p. 44.

⁹ Cf. RAHNER, K.; METZ, J.B., **The Courage to Pray**, New York: Crossroad, 1981, p. 19.

¹⁰ Cf. XHAUFFLAIRE, M., **Introduzione alla ‘Teologia Politica’ di Johann Baptist Metz**, Brescia: Queriniana, 1974, p. 46.

¹¹ Cf. METZ, J.B., **Un credo per l’uomo d’oggi: La nostra speranza**, Brescia: Queriniana, 1976, p. 26.

¹² Cf. METZ, J.B., “La ‘teologia politica’ in discussione”, in PEUKERT H. (org.), **Dibattito sulla ‘teologia politica’**, Brescia: Queriniana, 1971, p. 231-276.

Política é sensível à tradição bíblica judaica. Esta tradição se configura em uma memória viva, a “memória subversiva”, que considera a história do homem como lugar da experiência de Deus. Para o cristianismo, por sua vez, a fé na memória de Jesus Cristo não é uma simples recordação de um mestre amoroso, mas uma “memória subversiva” que provoca um posicionamento diante do sofrimento.¹³

O cristianismo fiel às tradições bíblicas não está concentrado em preceitos morais, mas na sensibilidade ao sofrimento do outro. É, em sua essência, um discurso corajoso de esperança.¹⁴ A Teologia Política deve ajudar o cristão na defesa da dignidade do outro contra as forças da economia e da técnica voltadas a motivos puramente pragmáticos, privatistas e desumanizantes.

A Teologia Política de Metz busca dialogar com o contexto ateu e laicista do pós iluminismo. Ela não guarda relação com a Teologia Política clássica, que na verdade é uma teoria europeia sobre o Estado, desenvolvida desde o estoicismo e que tem em Carl Schmitt¹⁵ seu expoente mais atual. Carl Schmitt apresenta um conceito de Teologia Política pela primeira vez em 1922, para justificar sua oposição à República de Weimar no contexto jurisdicional.

Esta Teologia Política é teológica na medida em que considera os conceitos jurídicos e estatais como conceitos teológicos secularizados. Já na Roma antiga, esta modalidade de Teologia Política servia para sustentar a ideia de Estado absoluto, assimilada também no cristianismo primitivo como, por exemplo, na teologia imperial bizantina de Eusébio de Cesareia. A retomada deste sistema de dominação estatal ocorreu principalmente no Renascimento, seja pelo pensamento de Maquiavel ou Hobbes, com a intenção de recuperar a força que o governo perdera com as ideias iluministas e a democracia. Esta teoria política do Estado, especificamente, atraiu adeptos no decorrer da história, principalmente em tempos de incertezas, pois apresentava uma visão estatizada do mundo e, de certa forma, mais “segura”. Por isso, foi também bem acolhida, por exemplo, entre aqueles que possuíam anseio e nostalgia por um estado católico.¹⁶

¹³ Cf. METZ, J.B., **Para além de uma religião burguesa**, São Paulo: Paulinas, 1984, p. 11.

¹⁴ Cf. BASTOS, L.C.; MOLTSMANN, J., **Um Cristianismo de Futuro: Possibilidades missionárias para as Igrejas hoje**, São Bernardo do Campo: Editeo, 2016, p. 101.

¹⁵ Cf. SCHMITT, C., **Political Theology: four chapters on the concept of sovereignty**, Chicago: University of Chicago Press, 2005, p. 36.

¹⁶ Cf. METZ, J.B., **Memoria passionis**, Santander: Sal Terrae, 2007, p. 246-247.

A proposta de Metz se distancia desta concepção. A compreensão teológica sobre a Teologia Política do autor possui grande importância ecumênica por causa da diversidade de seus autores e pelas múltiplas influências no desenvolvimento conceitual, sem nenhuma pretensão de domínio ou exclusividade institucional. A Teologia da Esperança, de J. Moltmann, em seu viés político, possui vínculo explícito com a Teologia Política de Metz (1964); outro exemplo é D. Sölle, que formulou sua crítica à hermenêutica existencial de Bultmann como “Teologia Política” (1971). Percebe-se, por sua vez, toda influência exercida pelo pensamento de D. Bonhoeffer e de Kierkegaard no desenvolvimento deste conceito, principalmente na interpretação aplicada à crítica eclesial e social. Também foi ecumenicamente significativa a abordagem judaica sobre escatologia deste período (1947), assim como a teologia de Paulo desenvolvida por J. Taubes (1987).¹⁷

O trabalho teológico de J.B. Metz é permeado pela teodiceia, o problema de Deus diante da dramática história do sofrimento do mundo. A tragédia de total aniquilamento de seus companheiros na guerra e a catástrofe de *Auschwitz* marcam a vida do autor. Tais eventos formam “um grito sufocado”¹⁸ que faz com que o seu pensamento teológico esteja sempre próximo do problema do sofrimento alheio, que não pode, de modo algum, ser esquecido. Neste sentido, a “memória” e a “narração”¹⁹ são categorias que estão na raiz de toda Teologia Política apresentada por Metz, que sempre busca dar voz à história do sofrimento humano.²⁰

A atenção que a teologia deve ter na forte desigualdade existente no mundo, em especial nos países mais pobres, despertou o interesse do autor nos trabalhos desenvolvidos por estudiosos da América Latina e, em especial, junto às comunidades eclesiais de base. Nestes contextos, Metz percebeu o valor, a eficácia e a esperança nas iniciativas que surgem de “baixo”. Deste modo, o autor se preocupou em formular um conceito teológico que respeitasse as diversas culturas, mas, principalmente, daquelas nas quais fosse sensível ao que chamou de “autoridade daqueles que sofrem” ou “autoridade da vítima”. O fio condutor desta

¹⁷ Cf. TAUBES, J., *La Teologia Política de San Paolo*, Milano: Adelphi, 1997.

¹⁸ Cf. METZ, J.B., *Sul concetto della nuova teologia política 1967-1997*, Brescia: Queriniana, 1998, p. 226.

¹⁹ Cf. METZ, J.B., “Breve apologia del narrare”, in *Concilium* (5/1973), p. 80-98.

²⁰ Cf. METZ, J.B.; MOLTSMANN, J., *Mediations on the passion*, Paulist press, New York, 1979, p. 7.

teologia é a *memoria passionis*, ou seja, a recordação viva do sofrimento de Cristo, base do discurso cristão sobre Deus e atualização permanente na experiência humana.

O modo como o cristianismo se posiciona diante da questão do sofrimento no mundo é um tema atual, pois transforma a relação que a religião tem com a política.²¹ O autor busca determinar assim um novo modo de abordar tal relação tendo em vista a diminuição da força das tradições, sobretudo o problema do monoteísmo em oposição à democracia. Por certo, o monoteísmo bíblico não é um discurso abstrato e separado da história, mas anuncia um Deus sensível ao sofrimento.

O monoteísmo cristão é tido por alguns como contraposto à democracia por conta de suas raízes patriarcais e absolutistas. O discurso moderno compreende-o como inspirador do fundamentalismo judaico e islâmico. Entretanto, esta crítica desconsidera que a compatibilidade com a democracia contemporânea está explicitada no discurso sobre o Reino de Deus apresentado por Jesus Cristo.²² Na verdade, o que se percebe é exatamente a ausência dos princípios do Reino na excludente globalização dos mercados sem controles democráticos, uma vez que a política perdeu o controle sobre a economia. Neste cenário, o perigo do fundamentalismo religioso é mitigado pelo incontestável fundamentalismo do mercado.

Portanto, a Teologia Política de Metz baseia-se na Teologia do Mundo, ou seja, considera as reais circunstâncias e demandas da sociedade, em especial, a partir de uma reavaliação teológica do Iluminismo. Esta reavaliação considera positiva a separação do Estado e religião, ou do monoteísmo e a democracia, ampliando o conceito de política tida como mera administração estatal. A política, para além deste fim, deve voltar-se para a participação popular e efetiva de transformação social; por tal motivo, o autor a denomina como “Nova Teologia Política”. O objetivo é recuperar o discurso escatológico sobre Deus e discutir a privatização da religião como reação do Iluminismo. Em sua proposta, ele apresenta

²¹ Cf. METZ, J.B., “Il problema di una ‘teologia politica’ e la Chiesa come istituzione di libertà critica nei confronti della società”, in *Concilium* (6/1968), p. 13-31.

²² Cf. MIRANDA, M.F., *A salvação de Jesus Cristo: a doutrina da graça*, São Paulo: Loyola, 2004, p. 81.

a Igreja como local da liberdade sócio-crítica da fé. A espiritualidade cristã, neste contexto, pode ser caracterizada em sua unidade mística e política. A Nova Teologia Política possui fundamentos bíblicos, manancial místico e político, sobretudo na tradição de Jó, na teologia dos profetas, nos propósitos do Reino e no seguimento de Jesus.²³

2.3.

A Teologia do Mundo

O tema “mundo” ocupa importante espaço no pensamento de J.B. Metz. Ao tratar da “Teologia do Mundo”, o autor não busca elaborar um tratado sistemático, mas preocupa-se com a questão fundamental para a discussão teológica atual: a responsabilidade da fé. Segundo o autor, a fé é resultado deste “mundo profano” e deve responder às interrogações de como se comporta diante da realidade histórica.²⁴

Viver a fé dentro da história provoca um risco, na medida em que não existe mais a suposta segurança proporcionada pelo discurso de superioridade sobre Deus e o mundo.²⁵ Neste contexto, não se pode mais sustentar a ideia de que o profano contraria a visão cristã do mundo e, portanto, deve ser vencido.

A profanização não deve ser tida como uma expressão não dialética do protesto do mundo que o levou a condenar a aceitação divina. Nessa profanização deve antes tornar-se visível a possibilidade do acontecimento histórico da aceitação divina do mundo, evitando ver nela, primariamente, o enfraquecimento intramundano de Cristo numa contradição historicamente acentuada, realçando o momento decisivo de seu triunfo histórico.²⁶

O pensamento teológico deve perceber na realidade do mundo o aspecto positivo do movimento histórico cristão, tendo em vista que a profanização do mundo é um acontecimento cristão primordialmente. A realidade salvadora de Cristo superou em definitivo a diferença entre o sagrado e profano.²⁷ A Igreja,

²³ Cf. ALBERIGO, G., *Verso la chiesa del terzo millenio*, Brescia: Queriniana, 1979, p. 125.

²⁴ Cf. JOHNS, R.D., *Man in the World: The Theology of Johannes Baptist Metz*, Montana: Scholars Press, 1976, p. 42.

²⁵ Cf. METZ, J.B., “L’incredulità come problema teologico”, in *Concilium* (3/1965), p. 72-92.

²⁶ METZ, J.B., *Teologia do mundo*, Lisboa: Moraes Editores, 1969, p. 15.

²⁷ Cf. ELIADE, M., *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*, São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 92.

fundada por Cristo, é o sinal palpável da aceitação escatológica do mundo por Deus. Segundo J.B. Metz, o homem e o mundo foram aceitos por Deus de forma irrevogável e definitiva em Jesus Cristo. Deus não é um rival do homem, ele o aceita exatamente como “outro”, e desta forma aceita o mundo. A divindade reside neste poder e querer aceitar o outro naquilo que se diferencia dele mesmo: a humanidade e temporalidade do homem. Deste modo, entende-se que “a aceitação de Deus é, portanto, uma entrega original ao que é propriamente particular e propriamente verdadeiro”²⁸.

A alegria de Deus se apresenta no “aceitar” o que cria sem violar, sem absorver. Ele, em seu esplendor, na qualidade de Criador transcendente, aceita a criatura em seu modo diversificado. Descendência e transcendência crescem em perfeita proporção (DS 302). Em Jesus Cristo, Deus aceita o mundo e o liberta radicalmente. Este acontecimento, segundo o autor, está na base da moderna secularização.²⁹ J.B. Metz defende que a secularização do mundo sofre resistência concreta e histórica desde, e por causa, da cristandade, mas que o processo nasce a partir do poder histórico do acontecimento de Cristo. A independência do Estado, da filosofia e das ciências seculares em relação à Igreja, desde o final da Idade Média, foi possibilitada pelo próprio cristianismo e, portanto, este não pode estar contra ela. Esta emancipação do mundo, possibilitada pelo cristianismo desde o seu surgimento, se caracteriza como uma espécie de secularização do mundo. Percebe-se o impulso cristão no secularismo moderno, seja no desencanto da natureza ou na “desmitologização” da compreensão antiga de mundo.

A concepção de criaturalidade do mundo deve ser compreendida pela perspectiva da história da salvação.³⁰ O Filho de Deus não é um fato qualquer na história. Por meio dele, Deus atua e aceita o mundo e, em sua ação divina, o homem e o mundo acabam lhe pertencendo. Esta é uma visão antropocêntrica que se afasta do pensamento grego que concebia o mundo como moldura para uma sequência linear de acontecimentos históricos. O pensamento grego não concebia um criador

²⁸ Cf. METZ, J.B., **Teologia do Mundo**, Moraes Editores: Lisboa, 1969, p. 23.

²⁹ O termo “secularização”, utilizado pelo autor neste contexto, deve ser considerado pela contraposição apontada na desvalorização radical do mundo concebida pela gnose grega tardia, que havia influenciado grupos dentro do cristianismo primitivo.

³⁰ Cf. METZ, J.B., **Teologia do mundo**, Lisboa: Moraes Editores, 1969, p. 25.

transcendente, mas um criador imanente que regulava o cosmos. Esta visão não comportava uma total secularização do mundo, pois o deus grego não é totalmente divino.

O autor aponta para a diferença do pensamento cristão que surge na crescente desdivinização, ou seja, como profanização do mundo, seu desencanto e desmitificação.³¹ No divino que se revela em Jesus, vê-se um Deus que se rebaixa no processo de *kenose* e se humaniza de um modo tal que os primeiros cristãos foram rotulados de ateus, dado a incompreensão desta divindade.³²

A concepção cristã do mundo considera a ação definitiva e escatológica de Deus na história, que vai além de uma ação pontual, mas a “descobre” no sentido ontológico da palavra. Assim, a história terá de vir a ser aquilo que lhe foi prometido: “o novo céu e a nova terra” (cf. Ap 21,1).

Percebe-se que para Metz o mundo é libertado pela profanização do acontecimento de Cristo. Este o conduz a uma profunda filiação na relação com Deus. Neste processo, o homem é dignificado, e, por conseguinte, faz-se nítida a responsabilidade cristã, a qual o autor denomina de “reexecução crente da descendência de Deus”³³, concedendo a possibilidade de sua profanização. Para “cristificar” o mundo é necessário profanizá-lo, sendo impossível transformá-lo em um “supermundano” ou numa realidade “não mundana”.

O conceito de Teologia Política, segundo J.B. Metz, somente encontra sentido em sua relação direta com a práxis cristã, por isso, torna-se um instrumento determinante na Teologia Fundamental que participa da história do mundo. Deste modo, o aprofundamento sobre a pertinência desta Teologia Política poderá iluminar as relações entre cristianismo e a sociedade hodierna, assim como o papel do cristianismo como verdadeira Teologia do Mundo.

³¹ Cf. METZ, J.B., **Teologia do mundo**, Lisboa: Moraes Editores, 1969, p. 32.

³² Cf. METZ, J.B., **Teologia do mundo**, Lisboa: Moraes Editores, 1969, p. 35.

³³ Cf. METZ, J.B., **Teologia do mundo**, Lisboa: Moraes Editores, 1969, p. 41.